

Remoções de favelas em Brasília entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1980.

Remociones de favelas en Brasília desde fines de los años 1950 hasta mediados de los años 1980.

E2_02 - De la ciudad informal a la ciudad formal en perspectiva histórica: políticas, arquitectura, urbanismo y ciudadanía en los PALOP, América Latina y la Península Ibérica.

Paulo Henrique Honorato

Universidade de Brasília, Brasil
Paulohonorato0201@gmail.com

Maria Fernanda Derntl

Universidade de Brasília, Brasil
mariafernanda_d@yahoo.com.br

Resumo: Brasília, capital do Brasil, apresenta uma configuração urbano-territorial dispersa, resultante de uma política de criação de “cidades satélite” situadas à distância do núcleo modernista original denominado Plano Piloto. A construção desses núcleos satélite derivou, por sua vez, de políticas de remoção de favelas e de transferência de populações de assentamentos precários e irregulares. Esse trabalho trata desses assentamentos — e dos programas para sua erradicação — entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1980, a partir da análise de uma documentação, em boa parte inédita, levantada no Arquivo Público do Distrito Federal. A análise aborda duas dimensões: a territorial, por meio da elaboração de uma série cartográfica sobre a expansão urbana no DF no período em questão; e a local, abrangendo programas para organizar a remoção e o reassentamento de moradores de favelas em cidades satélite. Esta análise revela estratégias e métodos empregados na elaboração de políticas de erradicação de favelas em Brasília, bem como seu impacto na configuração urbana da cidade.

Palavras-chave: Remoção de favelas, “Invasão”, Cidades satélite, Cartografia, Brasília (Distrito Federal).

Resumen: *Brasília, la capital de Brasil, presenta una configuración urbano-territorial dispersa, resultado de una política de creación de "ciudades satélite" situadas a cierta distancia del núcleo modernista original denominado Plano Piloto. La construcción de estos núcleos satélite se derivó, a su vez, de políticas de eliminación de barrios marginales y de traslado de poblaciones de viviendas precarias e informales. Este trabajo trata sobre estos asentamientos — y los programas para su erradicación — entre finales de la década de 1950 y mediados de la década de 1980, a partir del análisis de documentación, en gran parte inédita, recopilada en el Archivo Público del Distrito Federal. El análisis aborda dos dimensiones: la territorial, mediante la elaboración de una serie cartográfica sobre la expansión urbana en el DF en el período en cuestión; y la local, que abarca los programas para organizar el desalojo y el realojamiento de los habitantes de las favelas en ciudades satélite. Este análisis revela las estrategias y métodos empleados en la elaboración de las políticas de erradicación de las favelas en Brasília, así como su impacto en la configuración urbana de la ciudad.*

Palabras-clave: *Remoción de favelas, "Invasión", Ciudades satélite, Cartografía, Brasília (Distrito Federal).*

Introdução

Brasília, capital do Brasil inaugurada em 1960, em substituição ao Rio de Janeiro, é intensamente discutida e estudada. Uma das principais vertentes de análise da capital enfatiza a intensa desigualdade socioespacial entre o centro modernista denominado Plano Piloto e os núcleos satélites construídos a partir de 1958. Este artigo parte desse enfoque para se concentrar em processos ainda pouco estudados de remoção de favelas e de reassentamento de seus moradores em cidades satélite, realizados entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1980. As iniciativas conduzidas nesse período foram fundamentais para definir a peculiar formação metropolitana da capital.

Esta análise baseia-se em uma documentação, em grande parte inédita, composta por planos, levantamentos, estudos e dossiês elaborados por órgãos oficiais do governo de Brasília, para tratar do modo como esses processos de remoção e reassentamento foram conduzidos. O trabalho articula duas principais dimensões: na dimensão territorial, envolve a elaboração de uma série cartográfica que evidencia a expansão urbana do Distrito Federal, com destaque para a localização de favelas e ocupações irregulares; na dimensão local, examina como se deram os processos de remoção de favelas que levaram à formação inicial das cidades-satélites, relacionando-os com os movimentos sociais que emergiram ali nos anos 1970. O propósito é evidenciar o papel fulcral das ações de remoção e reassentamento de populações na formação socioespacial da capital, destacando a configuração territorial desses processos e os métodos adotados pelo governo para conduzi-los.

A construção de Brasília teve início em 1956, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-60), como parte de um projeto mais amplo para acelerar o desenvolvimento econômico do país, integrar áreas interiores do território nacional e projetar a imagem de um Brasil moderno, urbano e emancipado. A criação de uma empresa pública, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) em 1956, foi o ponto de partida para a construção de Brasília. No mesmo ano, iniciou-se a construção dos primeiros edifícios monumentais (o Palácio da Alvorada e o Hotel Brasília Palace), criou-se uma infraestrutura de apoio às obras (com a implantação dos escritórios da Novacap, de um núcleo para comércio e serviços denominado Cidade Livre e de um edifício para residência provisória e escritório inicial do presidente), além do estabelecimento

de acampamentos de obras de empresas públicas e privadas responsáveis pela construção dos primeiros edifícios da nova capital. Em busca de oportunidades de emprego que se abriam naquele imenso canteiro de obras no planalto central do Brasil, várias pessoas migraram para a nova capital. No entanto, apenas homens solteiros contratados por empresas construtoras tinham direito a residir em alojamentos (Figura 1). A reduzida oferta de moradias na cidade que se construía desencadeou, desde fins dos anos de 1950, a formação de assentamentos irregulares e precários nas proximidades dos principais canteiros de obras.



Figura 1: Acampamento de Obras. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), ca. 1959

A partir de 1958, migrantes e suas famílias que viviam em ocupações irregulares mobilizaram-se para pleitear lotes de moradia, gerando conflitos que eram vistos como uma ameaça à continuidade das obras. A NOVACAP deu então início a uma política de remoção de favelas e de transferência forçada de seus moradores para cidades satélite situadas a distâncias de 12 a 40 km do Plano Piloto. Em 1958, iniciou-se tal política com Taguatinga, a primeira delas; seguida pelo Gama em 1959 e Sobradinho em 1960. A Cidade Livre foi oficializada como cidade satélite, denominada Núcleo Bandeirante, em 1961, após violentos confrontos entre a polícia e moradores que se recusaram a sair de lá. Depois do golpe militar de 64, iniciou-se a construção de quase nove mil unidades habitacionais naquela que seria a cidade-satélite do Guará (antes Setor de Residencial de Indústria e Abastecimento) e, a partir de 1969, a Ceilândia surgiu como iniciativa de vulto para erradicar a maior favela daquele período, denominada Vila IAPI, situada nas proximidades do Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Os núcleos pré-existentes de Planaltina e de Brazlândia também foram ampliados para receber moradores de remoções de favelas em 1969. As cidades satélite eram, de início, subúrbios-dormitório com uma infraestrutura de serviços urbanos muito deficiente.

Na historiografia sobre Brasília, as cidades satélite foram frequentemente associadas ao “não planejado”. Embora estudos pioneiros de Evenson (1973) e Epstein (1973) tenham mencionado que tais núcleos contaram com traçados urbanísticos estabelecidos pela Novacap, ressaltou-se o caráter pragmático de sua criação, em que “falar em “plano” seria exagero” (EPSTEIN, 1973, p.

68). Na mesma linha, as remoções de favelas que precederam as cidades satélite, quando mencionadas, foram, em grande medida, retratadas como iniciativas improvisadas. Os estudos a esse respeito tendem a se concentrar na análise de casos específicos, sobretudo na Ceilândia, estabelecida entre 1971 e 1972. Numa visão distinta, este trabalho demonstra que, entre os anos de 1950 e 1980, as remoções de favela em Brasília configuraram um processo contínuo, envolvendo a elaboração de planos meticulosos que contavam com equipes interdisciplinares de diferentes órgãos de governo. No início dos anos 1980, face às críticas às práticas de erradicação, programas de urbanização de favelas passaram a ser elaborados, mas as práticas de remoção persistiram. Este trabalho apresenta uma série de mapas que representam a distribuição de favelas e de ocupações irregulares no território do DF, bem como os núcleos satélites que foram sendo estabelecidos. Essa série de mapas mostra que, ao longo de todo o período em questão, as iniciativas de remoção de favelas buscaram assegurar o traçado original do Plano Piloto e mantê-lo à distância dos núcleos satélites.

Cartografia de remoções de favelas em Brasília: desafios metodológicos

Favelas e assentamentos precários são, em geral, difíceis de serem mapeados, dada a carência de dados a seu respeito, seu caráter irregular e a sua configuração mutável. Nos últimos anos, porém, novas iniciativas têm buscado cartografar favelas e processos de remoção. É nesse contexto que trabalhos como o Observatório das Remoções (LABCIDADE, 2012), do grupo LabCidade da Universidade de São Paulo, mapeiam, de forma contínua, uma série de assentamentos na região metropolitana de São Paulo que passaram por remoções ou estão ameaçados disso. Outra iniciativa nesse sentido é o estudo de Faulhaber (2012), que realizou um mapeamento de remoções (Figura 2) motivadas pelas intervenções na cidade do Rio de Janeiro decorrentes de grandes eventos internacionais, como os Jogos Pan-americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

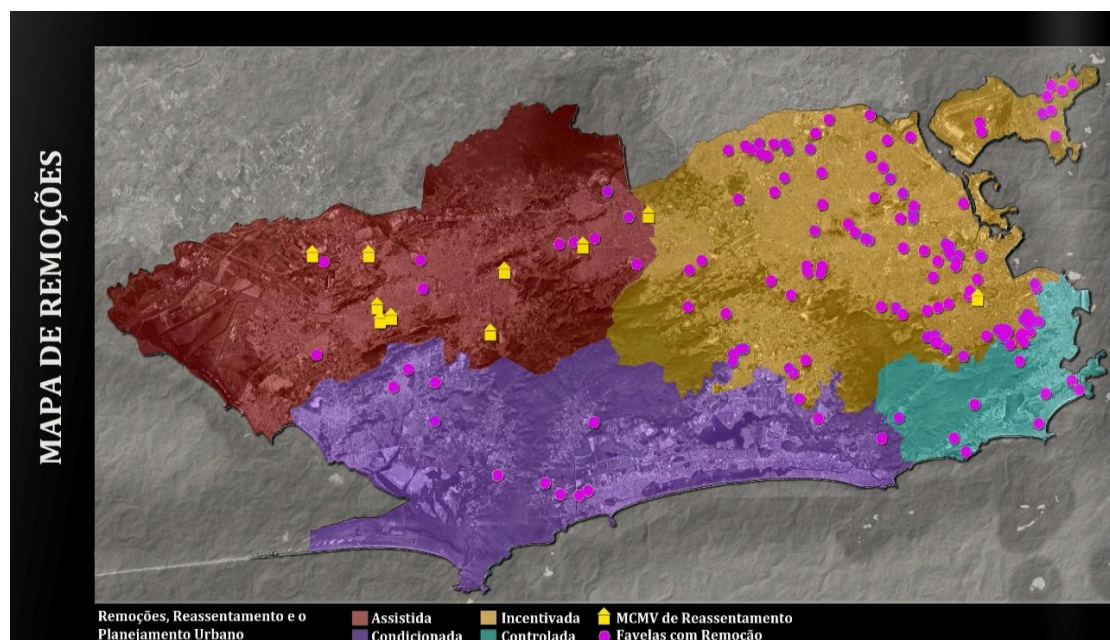


Figura 2: Mapa de Remoções. Fonte: Faulhaber (2012).

Diferentemente dos trabalhos citados, dedicados a fenômenos contemporâneos, esta pesquisa analisa a capital do país em períodos anteriores e ainda pouco estudados. Contamos, para isso,

com dados levantados no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), onde encontramos um expressivo volume de documentação ainda pouco explorada com este fim: atas, despachos, memorandos, censos e minutas de projetos. Entre eles, destacam-se documentos elaborados por diferentes comissões estabelecidas ao longo dos anos para lidar com a questão das favelas em Brasília, responsáveis pela elaboração de diretrizes e de levantamentos censitários (Figura 3).

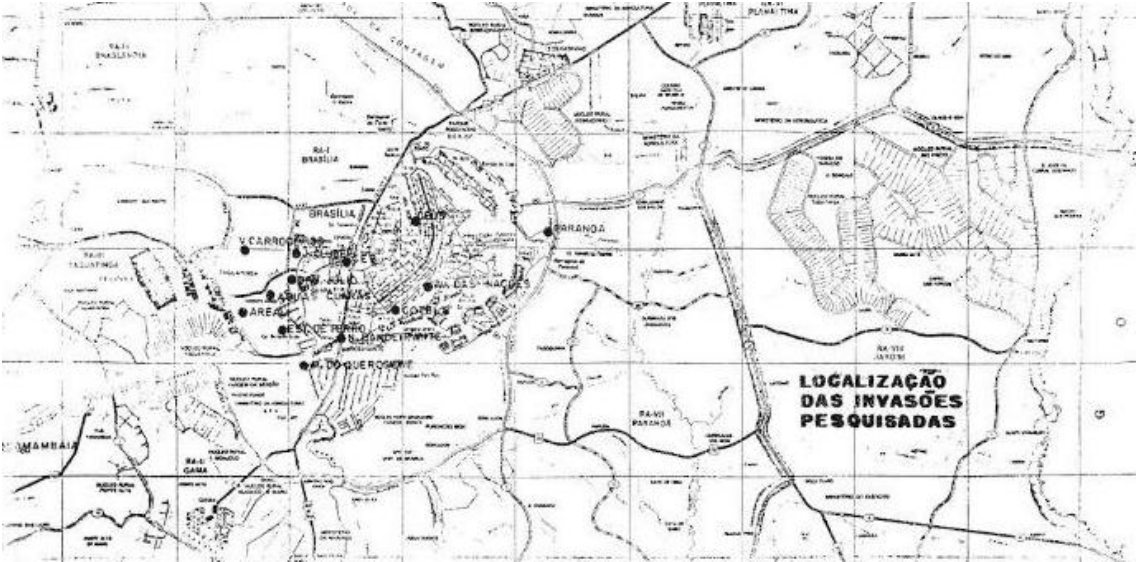


Figura 3: Mapa de “invasões” no DF. Fonte: Departamento de Habitação (1975, p.16).

Nossa pesquisa enfatizou o período entre as décadas de 1970 e 1980, para o qual encontramos maior volume de informações. Os documentos coletados foram sistematizados e classificados segundo a autoria, o tema principal e o recorte temporal a que pertencem. Os assentamentos irregulares ali mencionados — usualmente denominados “invasões” — foram catalogados segundo nome, localização, caracterização, histórico e possíveis projetos ou programas a eles vinculados (Figura 4). Uma vez sistematizados, esses dados foram cotejados para elaborar uma relação final com informações que subsidiariam os mapas a serem elaborados.

Id		Fonte Ano		Pg		Pg		Pg		Pg	
Nome Simplificado		Informação		Sinal		Estimativa		Situação		Desenvolvimento	
1975	3	Acampamento da CEB	91	Histórico	91	1963	90	Mapa			
1985	15	Acampamento da CEB	17	Acampamento			23	Mapa		17	Direcionar ao Bico do Tucano
1987	20	Subestação nº 8 da CEB	18	Histórico	18	3	1983	18	Sub-Estação nº8		
1975	3	Acampamento da COTELB	78	Histórico	78		1960	77	Mapa		
1985	15	Acampamento Telebrasil	4	Inv Dispersa				23	Mapa	12	Direcionar para a VELHACAP
1986	19	Acampamento Telebrasil	32								
1975	3	Águas Claras	157	Inv Dispersa	157		1957	155	Mapa		Não há história da formação
1986	19	Águas Claras	4	Inv Dispersa	7						

Figura 4: Fragmento da planilha utilizada para a sistematização de dados. Fonte: Autor, 2022.

Para a elaboração dos mapas, o software utilizado foi o QGIS, gratuito e de código aberto. Os arquivos georreferenciados utilizados foram obtidos no Geoportal da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal (SEDUH) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para representar a ocupação do território em cada período estudado, tomamos como base mapas de evolução urbana do Distrito Federal disponibilizados pelo site da SEDUH. Como resultado, uma série cartográfica representa a evolução urbana de Brasília com destaque para os assentamentos que passaram por remoções, projetos de urbanização ou melhorias urbanas.

Os mapas realizados por esta pesquisa iniciam-se pelos primeiros anos da construção de Brasília (Figura 5), o que permite ver tanto os acampamentos de obras quanto os assentamentos irregulares que, nos anos seguintes, foram alvo de remoções e realocações para a criação das cidades satélite de Taguatinga, Gama e Sobradinho (Figura 6). O mapa também evidencia uma área em torno do Plano Piloto delimitada por uma faixa sanitária que foi, desde 1958, referência fundamental para manter aquele núcleo central isolado e à distância de cidades satélite. A faixa sanitária foi demarcada pela Estrada-parque Contorno, que integra o Plano Rodoviário do Distrito Federal, aprovado em 1964 (SVO, 1973, p. 3).

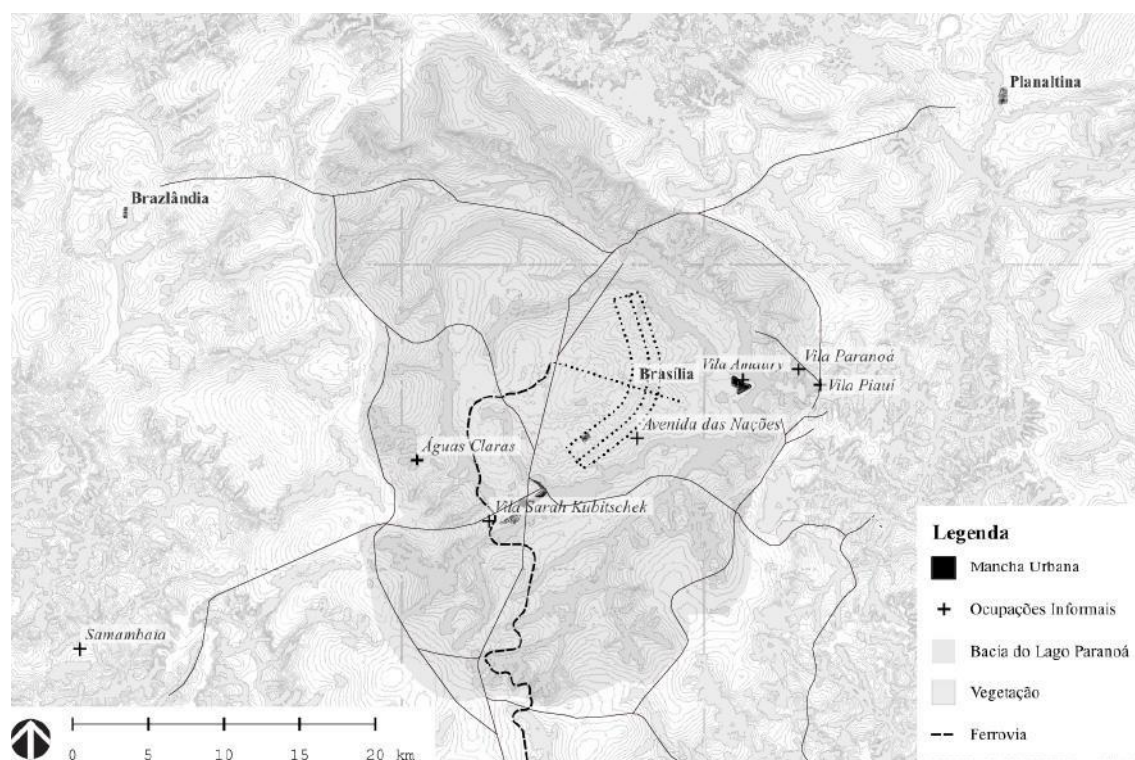


Figura 5: Brasília, ca. 1958. Fonte: Autor, 2026.

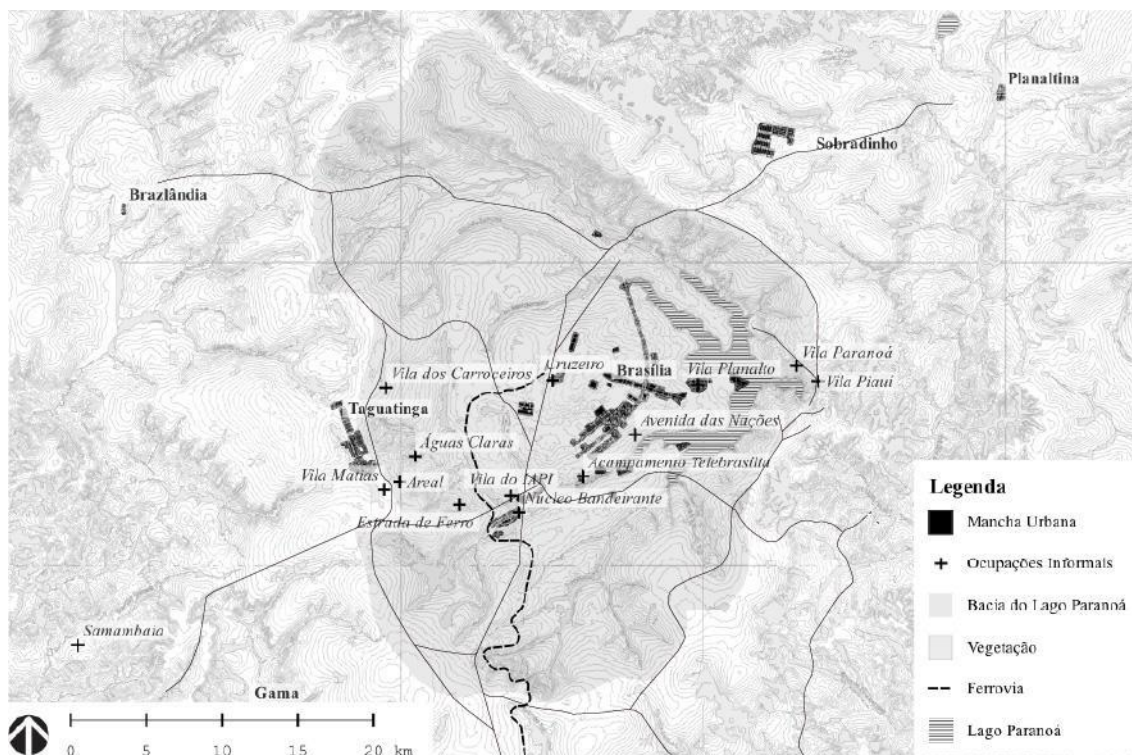


Figura 6: Brasília, ca. 1960. Fonte: Autor, 2026.

O mapa referente ao período de 1965 (Figura 7) mostra a ocupação do Plano Piloto e das cidades satélite, bem como o surgimento de novos assentamentos irregulares, sobretudo em locais próximos às cidades satélite. Essa localização deve-se aos intensos esforços, por parte das autoridades de Brasília, para evitar a existência de favelas nas áreas mais centrais do território, assim como a dificuldade de uma parcela da população realocada em arcar com os custos de vida nos novos núcleos. Como solução provisória, as favelas situadas no Plano Piloto foram transferidas para uma favela mais à distância, denominada Vila IAPI, de modo a reunir a população que depois seria transferida para uma cidade satélite. Esse processo foi descrito por Gouvêa (1995, p. 67):

[...] as favelas remanescentes da região administrativa RA1 [região administrativa correspondente ao Plano Piloto] foram transferidas para as cidades [satélite] existentes e também para um grande núcleo provisório denominado Vila do IAPI, próximo ao Núcleo Bandeirante e posteriormente (1971-72) removido para o loteamento Cidade Satélite C/S de Ceilândia.

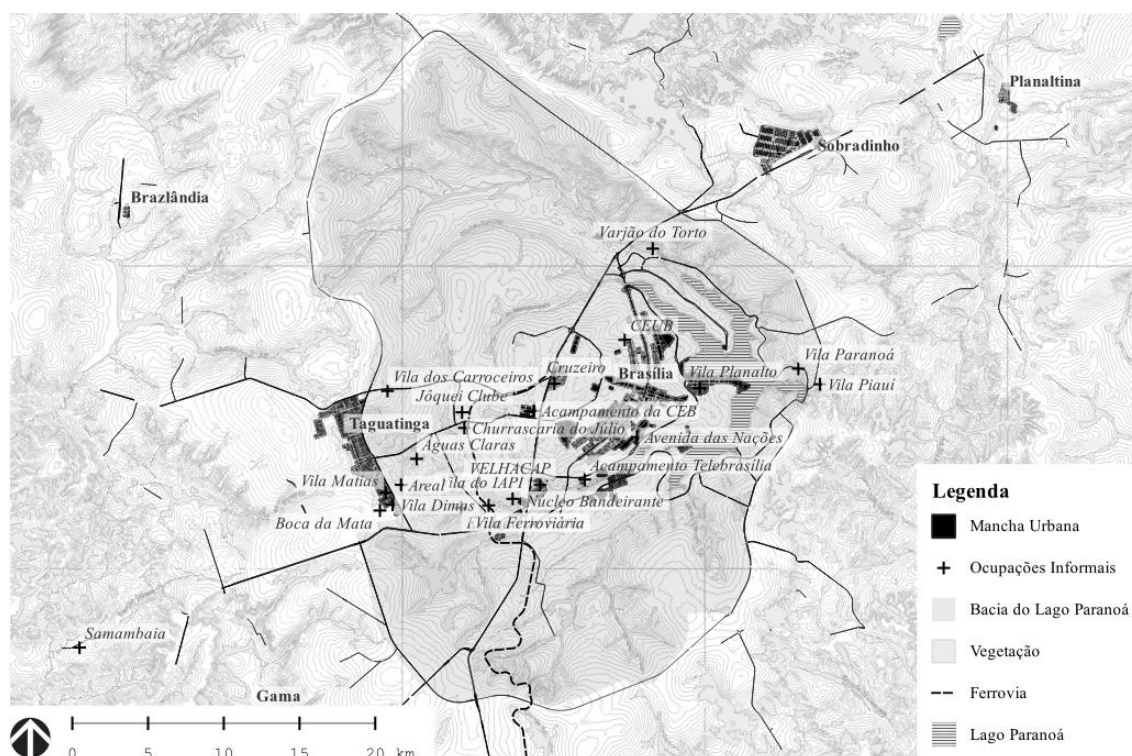


Figura 7: Brasília, ca. 1965. Fonte: Autor, 2026.

O mapa de 1975 (Figura 8) mostra a mancha urbana de grande dimensão de Ceilândia, resultante da remoção de cerca de 82 mil pessoas da Vila IAPI. Também é possível notar novas ocupações urbanas dentro dos limites internos da faixa sanitária, com a construção das cidades satélite Guarã I e II, realizadas por meio de um mutirão de autoconstrução supervisionado pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (IPEDF, 2024, p. 12). É por volta desse período que foi elaborado o Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (SEPLAN/GDF, 1978), que buscou estratégias para um crescimento mais equilibrado do DF e sugeriu a ênfase na ocupação da região sudoeste do DF, além dos limites da faixa sanitária.

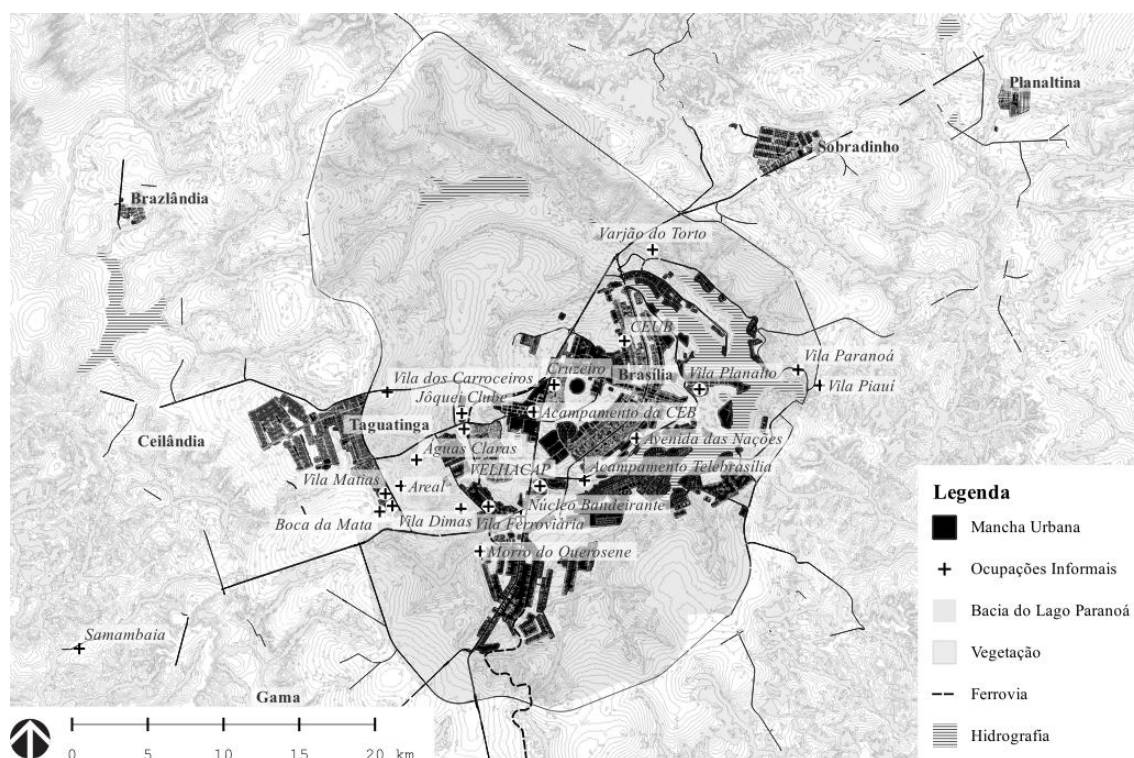


Figura 8: Brasília, ca. 1975. Fonte: Autor, 2026.

Por fim, é na década de 80 que o Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões (GEPAFI) foi formado pelo governo do DF para lidar com assentamentos irregulares, dessa vez com a intenção de elaborar projetos de urbanização, recorrendo à remoção apenas quando necessário. O mapa desse período (Figura 8) já mostra parte dos assentamentos que receberam projetos de fixação. Como se vê na vultosa documentação relativa ao GEPAFI, seus trabalhos envolveram projetos de infraestrutura para melhorias em cidades-satélites, de fixação de assentamentos, de transferência de populações e de habitações de baixo custo. O grupo também foi responsável por um extenso processo de cadastramento e análise socioeconômica de populações em diversos assentamentos irregulares.

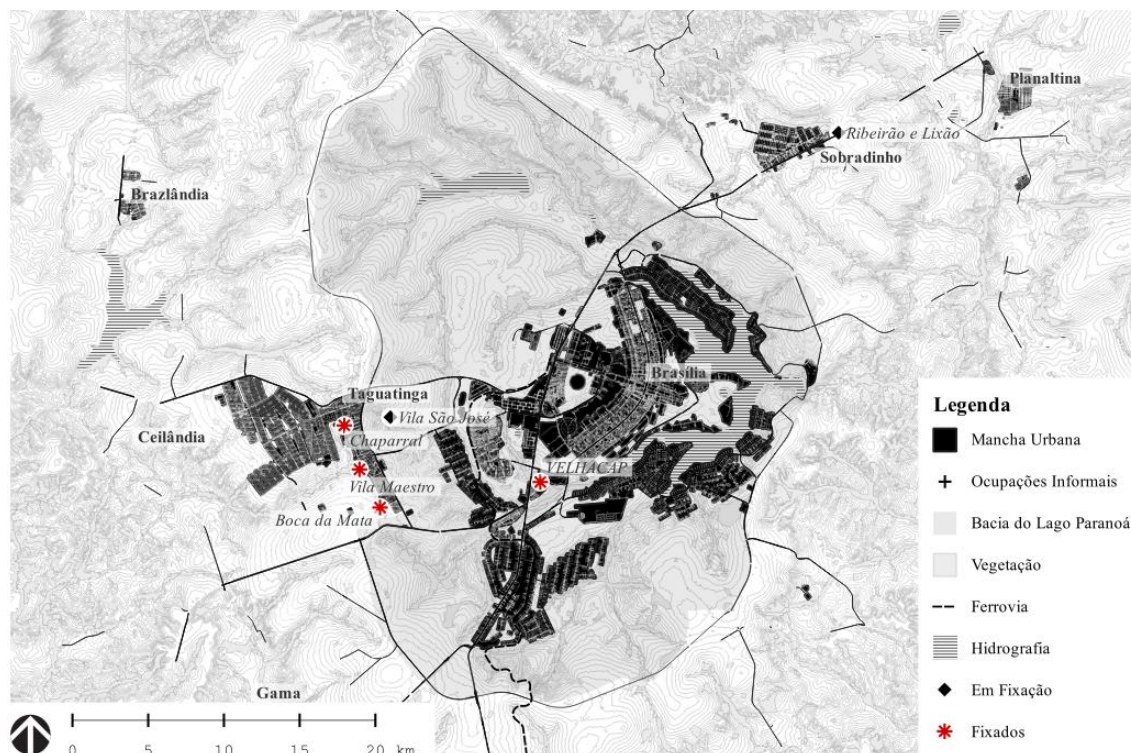


Figura 8: Brasília, ca. 1985. Fonte: Autor, 2026.

Processos de erradicação de favelas: a elaboração de planos para remoção e reassentamento de moradores

Desde 1958, órgãos do governo de Brasília, sobretudo o Serviço Social, formularam planos para a remoção de moradores de favelas e sua transferência para cidades satélite. Tais planos envolviam a participação de representantes de diversos órgãos de governo, que atuavam ao longo desse processo: a Novacap, o Serviço Social, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Viação e Obras, a Prefeitura do DF (após 1960, quando essa administração foi estabelecida) e a força policial (após 1964). Os planos previam um levantamento inicial da população a ser transferida e definiam as etapas a serem seguidas. Na maior parte dos casos, a transferência envolvia a desmontagem do barraco situado na favela e o transporte, por meio de caminhão da Novacap ou das Forças Armadas, para a cidade satélite, onde o barraco deveria ser remontado em um lote designado para cada família. Conforme indicavam os planos de remoção, tais lotes seriam adquiridos mediante o pagamento de prestações mensais e, quando o valor total fosse quitado, a família teria o título de propriedade da terra.

Os processos de remoção de favelas e assentamento de moradores nas cidades satélite baseavam-se no princípio de que as autoridades deveriam fornecer recursos mínimos e que a própria população deveria encontrar meios e soluções para se estabelecer, sob a supervisão de assistentes sociais. A deficiente infraestrutura de serviços urbanos não era, como muitas vezes se presumiu, resultado da ausência de planejamento, mas sim um dado dos próprios planos de remoção de favelas. Por exemplo, previa-se que as cidades satélite contariam, de início, apenas com torneiras ou bicas públicas para abastecimento de água e com gerador de energia em lugar de rede elétrica. As fossas sanitárias, para esgoto, deveriam ser construídas pelos próprios moradores. Buscava-se, desse modo, estimular a população a desenvolver um esforço de ajuda mútua que levasse à expansão e à melhoria da infraestrutura urbana, ao mesmo tempo em que promovesse a formação

de laços comunitários. Tais métodos baseiam-se na “teoria do desenvolvimento da comunidade”, corrente no campo da assistência social no Brasil desde os anos de 1940 e influente ao longo de toda a década de 1970. Essa abordagem causava uma imensa sobrecarga de trabalho à população local (Derntl, 2025).

Após o golpe militar de 1964, os planos de remoção tornaram-se mais elaborados e vultosos, mas os métodos e princípios de erradicação das chamadas “invasões” permaneceram semelhantes. O caso mais emblemático de erradicação de favela nesse período foi a remoção da Vila IAPI, em 1971 e 1972, que deu origem à cidade-satélite de Ceilândia, situada a cerca de 30 km do Plano Piloto. Conforme a metodologia prevista pela Comissão de Erradicação de Invasões (CEI), os barracos de madeira deveriam ser erguidos na parte da frente dos lotes da cidade satélite e, aos fundos, a família deveria construir uma residência definitiva em alvenaria, até que o barraco fosse demolido para dar lugar a um jardim (Figura 9). Esse processo impunha às famílias reunir recursos e construir moradias, enquanto também tinham de garantir o próprio sustento. Apenas em meados dos anos de 1970 iniciaram-se programas para oferecer aos moradores o financiamento, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH, de 1964), para adquirir moradias construídas pelo governo.



Figura 9: Diagrama de ocupação do lote em Ceilândia, com a intervenção dos autores. Fonte: Secretaria de Serviços Sociais (1973, s.p).

Em fins da década de 70, em meio a um lento processo de distensão política, emergiram, por todo o país, movimentos sociais em prol de direitos políticos e civis. A bibliografia sobre tais movimentos em Brasília concentra-se no estudo dos “Incansáveis Moradores de Ceilândia”, uma associação surgida em fins dos anos 1970 para negociar valores de quitação de lotes junto à Terracap (Rezende, 2010). No entanto, a documentação coletada permitiu ver a presença de

várias outras associações, por vezes com o apoio de políticos, membros da Igreja ou de movimentos sociais de outras cidades. Nota-se também uma grande variedade de práticas de mobilização por parte de moradores de ocupações irregulares de diversos locais do DF, envolvendo a permanência em favelas (inclusive no Plano Piloto) para reivindicar sua fixação, além de protestos em cidades-satélites ou na Praça dos Três Poderes, greves de fome, abaixo-assinados contra remoções e invasões organizadas.

Em Brasília, como em outros grandes centros do país, os programas de erradicação deixaram de ser o paradigma de intervenção nas favelas. No entanto, alguns estudos sobre outras cidades, como Rio de Janeiro e Curitiba, apontam para um panorama mais complexo em que diferentes formas de conceber a urbanização de favelas convivem ainda com a persistência de práticas de remoção (BRUM, 2013; DENALDI, 1999; SILVA, 2021). Em Brasília, permaneceram, por um lado, intensas práticas de remoção de favelas, impulsionadas pela necessidade de preservar o traçado original do Plano Piloto; por outro, surgiram novos projetos de urbanização de favelas no território do Distrito Federal.

A partir dos anos 1980, o já mencionado GEPAFI afirma ter assumido “uma posição inovadora”, pois buscava, “sempre que possível”, a urbanização de áreas existentes ou a criação de novo assentamento nas suas proximidades (GEPAFI, 1984). Manteve-se a prática de transferência de moradores para outras áreas “quando existirem impedimentos técnicos-financeiros e legais à ação no próprio local”, mas, nesses casos, procurava-se criar o novo assentamento nas proximidades da ocupação existente (GEPAFI, 1984). Há uma tentativa de contrapor-se ao caráter coercitivo dos programas anteriores. Por exemplo, no projeto de urbanização da Vila Itamaracá, situada junto à cidade-satélite do Gama, buscou-se considerar a lógica do assentamento irregular existente e estimulou-se a participação da população na definição das transformações urbanas e na consolidação do núcleo.

Conclusões

O caráter violento e improvisado das remoções de favelas realizadas em Brasília, a ausência de apoio institucional aos moradores transferidos e a precariedade inicial das cidades-satélites são a tônica dos estudos a esse respeito. Embora tais elementos estejam de fato presentes, a partir da documentação oficial levantada, fica claro que não se trata de mera ausência de planejamento, pois ali há preocupações recorrentes com a caracterização das áreas a serem removidas e das famílias existentes, com os critérios a serem adotados e com os métodos e recursos necessários para as transferências ou o assentamento de moradores. Como mostrou esta análise, os processos de remoção de favelas e de reassentamento de moradores em cidades-satélites foram planejados de forma contínua no período em questão, envolvendo estratégias concebidas desde a escala local de organização de comunidades até a escala territorial de ordenamento de cidades-satélites no território do DF.

Referências

- BRUM, Mário. **Favelas e remocionismo ontem e hoje:** da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão. v. 16, n. 29, pp. 35-62, 2013.
- DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas:** evolução e impasses. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- DEPARTAMENTO de Habitação Social. **O Comportamento das Invasões no Distrito Federal.** Brasília, 1975.
- DERNTL, Maria Fernanda. Favela removal and urban planning in Brasília from the 1950s to the 1970s. **Planning Perspectives.** v. 40, pp. 1-28, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02665433.2025.2466445> Acesso em: 23 nov. 2025.
- EPSTEIN, David. **Brasília:** Plan and Reality. California: University of California Press, 1973.
- EVENSON, Norma. **Two Brazilian Capitals;** architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven: Yale University Press, 1973.
- FAULHABER, Lucas. **Rio Maravilha:** práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- GOUVÊA, Luiz. **Brasília:** a Capital da Segregação e do Controle Social. São Paulo: ANNABLUME editora, 1995.
- GRUPO Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões - GEPAFI. **Programa de Assentamento de Favelas e Invasões.** Brasília, 1984.
- INSTITUTO de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan. **Guará Resultados Gerais:** Moradores e Domicílios. 2024. Disponível em: <https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/guar%C3%A1.pdf> Acesso em: 30 jan. 2026.
- LABORATÓRIO Espaço Público e Direito à Cidade - LABCIDADE. **Observatório de Remoções.** São Paulo, s. d. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/observatorio-de-remocoes/> Acesso em: 30 jan. 2026.
- REZENDE, Mara. **Movimentos de moradores:** a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2010, pp. 245-269.
- SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS (Distrito Federal), Departamento de Habitação Social. **Ceilândia.** Brasília, 1973.
- SECRETARIA DE VIAS E OBRAS - SVO (Distrito Federal), Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal. **Plano Rodoviário do Distrito Federal.** Brasília, 1972. Disponível em: [https://arquivos.der.df.gov.br/downloads/SRDF_2018/SRDF2018\(2\).pdf](https://arquivos.der.df.gov.br/downloads/SRDF_2018/SRDF2018(2).pdf) Acesso em: 30 jan. 2026.
- SEPLAN/GDF. **Plano Estrutural de Organização Territorial do DF.** Brasília, 1978.
- SILVA, Madianita Nunes da et al. Intervenção em favelas na década de 1980 em Curitiba e a emergência de outro paradigma em estágio embrionário. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana.** Curitiba, v. 13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200301> Acesso em: 30 jan. 2026.